



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
04 DE OUTUBRO DE 2016

N.º 20/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.^a
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
1 – Dia Mundial da Musica e o Dia Internacional do Idoso.....	4
2 – Requalificação do Bairro do Padre Mendes – Intervenção das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD.....	4

II – ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

1 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal	5
2 – Venda de Terreno para Construção em Santa Comba.....	5

Serviços de Tesouraria

3 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 a 29 de setembro de 2016	7
---	---

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

4 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro – José Manuel Moreira Lopes	7
5 – Constituição da Comissão de Vistorias para a Concessão de Licença ou Autorização de utilização de Edifícios ou suas frações – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro.....	8
6 – Constituição da Comissão Técnica, para a Fiscalização do Cumprimento do Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacto – Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro.....	9
7 – Constituição da Comissão Municipal de Vistorias – Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Produtos de Petróleo e Combustíveis – Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro	10



- 8 – Constituição da Comissão de Vistorias para Verificação das Condições de Segurança e de Salubridade e do Edificado..... 11

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço do Desporto

- 9 – Douro Ultra Trail Run – III Edição – Autorização da Despesa 12

Serviço da Ação Social

- 10 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Acordo de Colaboração..... 13

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 11 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião..... 14



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Dia Mundial da Musica e o Dia Internacional do Idoso

----- 1 – As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.^a Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, agradeceram ao Senhor Presidente da Câmara, o convite que lhes foi endereçado para estarem presentes no evento das Comemorações do Dia Mundial da Musica e do Dia Internacional do Idoso, que teve lugar no passado dia 1 de outubro, mas que por motivos da sua vida pessoais não puderam estar presentes, felicitando-o no entanto pela iniciativa. -----

Requalificação do Bairro do Padre Mendes – Intervenção das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD

----- 2 – As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.^a Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, apresentaram a seguinte questão: -----

----- “*Antes da Ordem do Dia* -----

----- *As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, no período “Antes da Ordem do Dia” usaram a palavra para questionar o senhor presidente da Câmara sobre o projeto Habitação Social-Requalificação do Bairro do Padre Mendes – Medrões (03-26/2014), no sentido de saberem para quando está prevista a intervenção no interior das habitações. Embora tivessem salientado favoravelmente a instalação, pela autarquia, dos telhados, consideram que é urgente e prioritária a continuação do projeto pela intervenção no interior das habitações, nomeadamente ao nível da construção de instalação sanitárias.* -----

----- *Data: Santa Marta de Penaguião, 03 de outubro de 2016.* -----

----- *As Vereadoras do PSD* -----

----- *Assinaturas: Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia.”* -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em face da questão colocada pelas Senhoras Vereadoras do PPD/PSD informou que a intervenção no interior das habitações neste Bairro não será possível



efetuá-la no corrente ano por inexistência de resposta da Administração Central relativamente ao processo das intempéries, sendo que estava prevista para este ano a intervenção ao nível das casas de banho e que, nestas circunstâncias, terá de ser adiada para o próximo ano. -----

----- Disse, ainda, que embora reconheça a necessidade de intervenção neste bairro, torna-se também urgente intervir no Bairro dos Retornados, sito na mesma freguesia, dado encontrarem-se em estado bastante degradado e, por essa razão, considera também serem prioritárias as obras nas referidas habitações dando-lhe as condições de conforto e de habitabilidade. -----

II – ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal

----- 1 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 02 a 30 de setembro de 2016. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Venda de Terreno para Construção no Lugar de Santa Comba

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- "A Câmara Municipal por deliberação tomada na sua reunião realizada no dia 21 do mês de Junho último, aprovou, por unanimidade, autorizar nos termos da informação dos Serviços com o n.º 733 e datada de 16 do mesmo mês, a venda de um terreno com a área de 1.180m², destinado à construção urbana, inscrito na respetiva matriz da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane sob o artigo 1.748 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1166/20160219, por ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea c), n.º 2 do artigo 81.º e no n.º 2 do artigo 105.º, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, ao Senhor **Marco Ferreira Cardoso**, residente no lugar de Santa Comba, deste concelho. -----

----- Acontece que da referida informação os Serviços Municipais, por lapso, não fizeram constar que o mencionado prédio faz parte do descrito na Conservatória Predial com a descrição supra e do qual é a desanexar. -----

----- Considerando que é indispensável constar esta condição no texto da escritura de compra e venda a celebrar entre o Município e o comprador, para que exista harmonização dos requisitos legais referentes ao procedimento do registo predial naquela Conservatória. -----

----- Sugere-se que o assunto seja presente à próxima reunião do Executivo Municipal, com vista à retificação da deliberação tomada, no sentido de fazer constar que o prédio objeto da venda se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial sob parte do número 1166/20160219, do qual é a desanexar." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, retificar a deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 21 do mês de junho último, nos termos da informação dos serviços, passando a mesma a ser do seguinte teor: ---**
"Aprovar, por unanimidade, a venda ao Senhor Marco Ferreira Cardoso, pelo valor de 17.800,00€ (dezassete mil e oitocentos euros), de um terreno com a área de 1.180m², sito em Santa Comba, destinado à construção urbana, inscrito na respetiva matriz predial da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane sob o artigo 1.748 a desanexar sem qualquer ónus ou limitações, e descrito na Conservatória do Registo Predial, sob parte do número 1166/20160219." -----



Serviços Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 a 29 de
setembro de 2016**

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 a 29 de setembro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	29/09/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)		4 702 791,60
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	3 755 674,48	
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	947 117,12	
			(*) Compromissos	7 204 058,19	
Receitas Orçamentais		5 216 570,92	Operações de tesouraria		285 308,97
Correntes	4 461 079,71		Saldo para o dia seguinte:		876 285,42
Capital	755 491,21		Execução orçamental	668 319,69	
Operações de tesouraria		314 584,26	Operações de tesouraria	207 965,73	
Total		5 864 385,99	Total		5 864 385,99

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro – José Manuel Moreira Lopes**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes



às obras particulares aprovadas durante o mês de setembro de 2016 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Constituição da Comissão de Vistorias para a Concessão de Licença ou Autorização de utilização de Edifícios ou suas frações – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **“ENQUADRAMENTO LEGAL** -----

----- O Executivo Municipal em 19 de Janeiro, do corrente ano deliberou aprovar a constituição da Comissão de Vistorias para a Concessão de licença ou autorização de utilização de edifícios ou suas frações, depende de prévia vistoria municipal, nos casos taxativamente previstos no artigo 64º do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro que procede à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira e o Fiscal Municipal da área geográfica, como membro suplente ficou o outro Fiscal Municipal. -----

----- Ora, por deliberação do Executivo Municipal em reunião de dia 5, de Julho, do corrente ano, foi autorizada a cedência da Técnica Superior Cármen Pereira (Eng.ª Civil), por interesse público à APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo S.A.. -----

----- Considerando que, urge proceder-se às vistorias técnicas e que não é possível reunir a actual comissão pelo motivo supra, sou do parecer que a comissão técnica deverá ser constituída por um Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil e o Fiscal Municipal da área geográfica, como membro suplente ficava o outro Fiscal Municipal. -----

----- **PROPOSTA DE DECISÃO** -----



----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere constituir a Comissão para a realização das vistorias supra que será formada pelos seguintes elementos um Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil e o Fiscal Municipal da área geográfica, como membro suplente ficará o outro Fiscal Municipal." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

Constituição da Comissão Técnica, para a Fiscalização do Cumprimento do Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacto – Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I – ENQUADRAMENTO -----

----- O Executivo Municipal em 19 de Janeiro, do corrente ano deliberou aprovar a constituição da Comissão para a realização da fiscalização mencionada no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira, Delegado de Saúde de Santa Marta de Penaguião, como membro suplente ficará Fiscal António Júlio Costa Almeida. -----

----- Ora, por deliberação do Executivo Municipal em reunião de dia 5, de Julho, do corrente ano, foi autorizada a cedência da Técnica Superior Cármen Pereira (Eng.ª Civil), por interesse público à APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo S.A.. -----

----- Considerando que, urge proceder-se às vistorias técnicas e que não é possível reunir a actual comissão pelo motivo supra, sou do parecer que a comissão técnica deverá ser constituída por um



Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil, Delegado de Saúde de Santa Marta de Penaguião e como membro suplente ficará um Fiscal Municipal. -----

----- PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que, delibere constituir a Comissão para a realização da fiscalização mencionada no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, que será formada por um Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil, Delegado de Saúde de Santa Marta de Penaguião e como membro suplente ficará um Fiscal Municipal." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

Constituição da Comissão Municipal de Vistorias – Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Produtos de Petróleo e Combustíveis – Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I - ENQUADRAMENTO -----

----- O Executivo Municipal em 19 de Janeiro, do corrente ano, deliberou aprovar a constituição da Comissão Municipal de Vistorias a que se reporta o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, relativamente ao licenciamento e fiscalização de Instalações de Produtos de Petróleo e Combustíveis, formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira, Delegado de Saúde de Santa Marta de Penaguião, como membro suplente ficará Fiscal António Júlio Costa Almeida. -----

----- Ora, por deliberação do Executivo Municipal em reunião de dia 5, de Julho, do corrente ano, foi autorizada a cedência da Técnica Superior Cármen Pereira (Eng.ª Civil), por interesse público à APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo S.A. -----



----- Considerando que, urge proceder-se às vistorias técnicas e que não é possível reunir a actual comissão pelo motivo supra, sou do parecer que a comissão técnica deverá ser constituída por um Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia do Ambiente, como membro, suplente ficará um Fiscal Municipal. -----

----- II - PROPOSTA DE DECISÃO-----

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere constituir a Comissão para a realização das vistorias supra que será formada por um Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil, Delegado de Saúde, Engenharia do Ambiente, como membro suplente ficará um Fiscal Municipal. -----

----- Deverá ser convidada a acompanhar a vistoria, quando aplicável, a Autoridade Nacional de Proteção Civil.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

**Constituição da Comissão de Vistorias para Verificação das
Condições de Segurança e de Salubridade e do Edificado**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “ENQUADRAMENTO LEGAL -----

----- O Executivo Municipal em 19 de Janeiro, do corrente ano deliberou aprovar a constituição da Comissão de Vistorias para verificação das condições de segurança e de salubridade e do edificado formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira e a Técnica Superior de Engenharia do Ambiente Maria Adelaide Machado, como membros suplentes ficou o Fiscal Municipal António Júlio Costa Almeida e o Fiscal Municipal Alfredo Alexandre Frederico Moreira. -----

----- Ora, por deliberação do Executivo Municipal em reunião de dia 5, de Julho, do corrente ano, foi autorizada a cedência da Técnica Superior Cármen Pereira (Eng.ª Civil), por interesse público à APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo S.A.. -----

----- Considerando que, urge proceder-se às vistorias técnicas e que não é possível reunir a actual comissão pelo motivo supra, sou do parecer que a comissão técnica deverá ser constituída por um



Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil e Engenharia do Ambiente, como membros suplentes ficam os Fiscais Municipais. -----

----- PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que delibere constituir a Comissão para a realização das vistorias supra que será formada pelos seguintes elementos um Técnico Superior de: Arquitetura, Engenharia Civil e Engenharia do Ambiente, como membros suplentes ficam os Fiscais Municipais." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços do Desporto

Douro Ultra Trail Run – III Edição – Autorização da Despesa

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Trazer a Santa Marta gente, turismo e consequentemente desenvolvimento económico, tem sido uma aposta constante deste Executivo. -----

----- Neste sentido temos vindo a aceitar alguns desafios, que após analisados encaramos como frutuoso e promissores, com perspectivas de futuro. -----

----- O Douro Ultra Trail Run foi um desses desafios e por isso este ano abraçamos a III Edição. –

----- Perto de 1000 participantes/atletas, 4 percursos diferentes (todos a passar em Santa Marta), sendo que a caminhada parte de cá. Uma divulgação invulgar do território e das suas potencialidades, levam-nos a aceitar esta prova, considerando para a mesma algum investimento.

----- Assim, para iniciar os preparativos da atividade e fazer face às despesas previamente previstas (reforços, divulgação, logística - elaboração de um filme - elaboração e aquisição de equipamento promocional do trail, etc), proponho a este executivo a autorização da realização de despesa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar as despesas até ao montante de 6.000,00€ (seis mil euros).** -----



Serviços da Ação Social

A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento

– Acordo de Colaboração

----- 10 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registado sob o n.º 1945 de 29 de setembro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Remetemos a V/ Ex.ª a **proposta de Acordo de Colaboração** cujo objetivo é criar as condições necessárias ao desenvolvimento da resposta social “Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade” (CAARPD), ao abrigo da Portaria n.º 60/2015 de 2 de março, pela A2000. -----

----- Esta resposta social assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade (maiores de 16 anos) e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais residentes nos concelhos de Sta. Marta de Penaguião, Mesão Frio, Peso da Régua, Mondim de Basto. -----

----- Constituem objetivos do CAARPD: Informar, orientar e encaminhar para os serviços e equipamentos sociais adequados a cada situação; Promover programas de reabilitação inclusivos com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais; Assegurar o acompanhamento do percurso de reabilitação social com vista à autonomia e capacidade de representação; Capacitar e apoiar as famílias, bem como os cuidadores informais. -----

----- Aguardamos a resposta de V/ Ex.ª de forma a podermos iniciar com a maior brevidade possível este serviço no concelho de Santa Marta de Penaguião.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o protocolo de Acordo de Colaboração, a celebrar entre o A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento e este Município.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 11 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)